

## **Estudo sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola em diferentes contextos no Brasil**

*Study about the Direct Money at Schools Program in Brazilian different contexts*

*Estudio sobre el Programa Dinero Directo en la Escuela en diferentes contextos en Brasil*

Inalda Maria Santos<sup>1</sup>  
Giovana Tenório da Silva<sup>2</sup>  
Jésica do Carmo Silva<sup>3</sup>

**Citação:** SANTOS, I. M.; SILVA, G. T.; SILVA, J. C. Estudo sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola em diferentes contextos no Brasil. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 12, n. 6. Março de 2018.



<http://10.5380/jpe.v12i0.55758>

### **Resumo:**

Este estudo teve como finalidade analisar o Programa Dinheiro Direto na Escola em diferentes contextos no Brasil, no sentido de verificar os alcances decorrentes de seu estabelecimento no cotidiano escolar, os quais notadamente abrangem aspectos relacionados a graus de autonomia, descentralização, participação, processos decisórios, entre outros. Com a intenção de aprofundar o debate acerca do PDDE e de suas implicações para a escola, propôs-se uma pesquisa bibliográfica concernente à literatura já produzida sobre a temática em questão. Os resultados observados assinalam que apesar das limitações apresentadas como critérios a serem cumpridos no curso da realização do Programa, como a autonomia limitada concedida na gestão dos recursos financeiros, prevalecem aspectos positivos resultantes de sua implementação no âmbito das situações estudadas.

**Palavras-Chave:** Autonomia escolar; Participação da comunidade; Descentralização de recursos financeiros; Financiamento da Educação; PDDE.

### **Abstract:**

The purpose of this study was to analyze the Direct Money at Schools Program in Brazilian different contexts, in order to verify the consequences of its establishment in the school daily life, which notably cover aspects related to degrees of autonomy, decentralization, participation, decision processes, among

<sup>1</sup> Doutora em Educação (UFPE). Professora do Programa de Pós-Graduação de Educação da Universidade Federal de Alagoas. E-mail: inaldasantos@uol.com.br

<sup>2</sup> Aluna do Curso de Pedagogia da UFAL.

<sup>3</sup> Aluna do Curso de Pedagogia da UFAL.

others. With the intention of deepening the debate about the PDDE and its implications for the school, we proposed a bibliographical research concerning the literature already produced on the subject in question. The observed results indicate that despite the limitations presented as criteria to be fulfilled in the course of the Program, such as the limited autonomy granted in the management of financial resources, there are positive aspects resulting from their implementation in the context of the situations studied.

**Keywords:** School autonomy; Community participation; Decentralization of financial resources; Education financing; PDDE.

**Resumen:**

Este estudio tuvo como finalidad analizar el Programa Dinero Directo en la Escuela en diferentes contextos en Brasil, en el sentido de verificar los alcances resultantes de su establecimiento en el cotidiano escolar, los cuales notadamente abarcan aspectos relacionados a grados de autonomía, descentralización, participación, procesos decisorios, entre otros. Con la intención de profundizar el debate acerca del PDDE y de sus implicaciones para la escuela, se há propuesta una investigación bibliográfica concerniente a la literatura ya producida sobre la temática en cuestión. Los resultados observados señalan que a pesar de las limitaciones presentadas como criterios a ser cumplidos en el curso de la realización del Programa, como la autonomía limitada concedida en la gestión de los recursos financieros, prevalecen aspectos positivos resultantes de su implementación en el ámbito de las situaciones estudiadas.

**Palabras clave:** Autonomía escolar; Participación de la comunidad; Descentralización de los recursos financieros; Financiamiento de la Educación; PDDE.

## 1. Introdução

Uma das características da nova proposta para a escola pública brasileira é a gestão democrática escolar sob uma nova vertente da descentralização das atribuições de responsabilidades através dos programas educacionais, que possibilitam um progressivo grau de autonomia. Um desses programas trata-se do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

Uma particularidade da gestão financeira edocontrole social é o desafio de compreender o mecanismo de financiamento com a participação da comunidade escolar. Neste contexto, a presente pesquisa teve por objetivo analisar a materialização do PDDE em contextos distintos no âmbito brasileiro, no sentido de verificar os impactos decorrentes de seu estabelecimento no cotidiano escolar, os quais notadamente abrangem aspectos relacionados a graus de autonomia, descentralização, participação, processos decisórios, entre outros.

Com a intenção de aprofundar o debate acerca do PDDE e de suas implicações para a escola, propõe-se uma pesquisa bibliográfica concernente à literatura já produzida sobre a temática em questão. Para isto, assumimos como pressuposto teórico a discussão apresentada por Evangelista (2009) no que se refere a análise documental (leis, livros, entrevistas, relatórios, depoimentos) nos estudos de política educacional, por compreender que são fontes importantes para apreender os determinantes sociais,

políticos e econômicos subjacentes ao processo de elaboração/implementação da política pública.

A partir dessa abordagem, evidencia-se a relevância de uma investigação sobre o PDDE, com ênfase na análise bibliográfica e documental de pesquisas realizadas, uma vez que um estudo acerca de sua implementação, embora realizado a partir de um pequeno recorte da realidade, pode relevar elementos para a reflexão acerca do Programa e suas repercussões no contexto educacional.

## **2. O Programa Dinheiro Direto na Escola**

A partir de 1995 foi criado o primeiro programa de transferência de recursos financeiros da União para a escola pública, o Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE). O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que antes recebia o nome de PMDE, passou a ter a denominação atual a partir de 1998 (SILVA, 2015).

Considerando a concepção de democratização dos processos relacionados à educação, em especial, no âmbito do cotidiano escolar, percebe-se que ao longo do tempo várias políticas educacionais se desenvolveram no sentido de oferecer à escola a possibilidade de administrar, em certa medida, aspectos referentes às ações desenvolvidas no seu cotidiano. Sobre a descentralização no espaço educacional, França (2005, p. 44), ao se referir a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996 comenta que:

A lei em questão trouxe avanços e perspectivas com relação às unidades escolares. Outorga aos estabelecimentos de ensino a incumbência da gestão própria, conferindo-lhes, através do Artigo 12, as atribuições referentes à proposta pedagógica, a administração de recursos materiais e financiamentos e a articulação de mecanismos que apoiam o trabalho docente no rendimento escolar, bem como a integração com a comunidade.

Conforme a Resolução nº 10, de 18 de abril de 2013, a qual atualiza as condições de funcionamento do Programa, o qual tem como finalidade conceder recursos financeiros em caráter suplementar as escolas públicas da educação básica (estaduais, municipais e do Distrito Federal), as escolas privadas que atendam aos alunos com necessidades especiais, mantidas por instituições sem fins lucrativos, desde que estejam inscritas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), como ofertantes de assistência social ou de atendimento direto e gratuito à população, bem como aos polos

presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que concedam formação inicial ou continuada aos profissionais da educação básica.

Vale destacar que somente a partir de 2009, por determinação da Lei nº 11.947/2009, o atendimento pelo PDDE foi estendido para as demais etapas da educação básica, uma vez que no período anterior os recursos destinavam-se apenas as escolas públicas de ensino fundamental.

A intenção da transferência de recursos pelo PDDE para as escolas consiste em aprimorar as infraestruturas física e pedagógica das instituições de ensino, no sentido de favorecer a autogestão escolar nos aspectos financeiro, administrativo e didático, a fim de que estejam em crescente melhoria os índices de desempenho da educação básica. Os repasses são transferidos para as escolas mediante informações do Censo escolar do ano anterior, sem a necessidade da realização de convênio ou mecanismo semelhante.

As Unidades Executoras (UEX) e as Entidades Mantenedoras (EM) constituem entidades privadas sem fins lucrativos, representantes das escolas nos processos de recebimento, execução e prestação de contas dos recursos. A UEX é formada por integrantes da comunidade escolar, sendo geralmente chamada de caixa escolar, conselho escolar, associação de pais e mestres, entre outras denominações. Enquanto que as Entidades executoras são as prefeituras municipais e secretarias distritais, as quais também são responsáveis pelo recebimento, análise e emissão do parecer dos recursos, para posterior envio da documentação referente à implantação do Programa nas escolas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), responsável por sua operacionalização.

No decorrer do tempo o PDDE passou a incorporar, através da destinação de recursos, várias modalidades de programas específicos realizados no contexto das instituições públicas de ensino, quais sejam, o PDDE Educação Integral, o PDDE Funcionamento das Escolas nos Finais de Semana (FEFS), o PDDE Escola Campo, o PDDE Água na Escola, o PDDE Escola Acessível, o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola), e o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) (PINHEIRO, 2012).

### **3. Mapeando Estudos e Pesquisas sobre o PDDE em Diferentes Contextos Brasileiros**

Uma situação a considerar quando se refere na atuação da gestão da escola na perspectiva de sua democratização, trata da gestão financeira dos recursos transferidos

para a escola sob a responsabilidade do seu colegiado (representado pelos segmentos de pais, professores, alunos, funcionários e gestão). Um dos programas federais descentralizados para a escola trata do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), foco desta pesquisa.

Passados 21 (vinte e um) anos de sua criação, o PDDE foi objeto de vários estudos como França (2005), Adrião e Peroni (2007), Nascimento e Hora (2008) Cardoso (2009), Groppa (2010), Pinheiro (2012), Silva (2015), Marinheiro (2016) dentre outros, apontando na maioria das vezes, críticas à capacidade da escola de se adaptar ao modelo descentralizador de gestão democrática ou ainda, desconfiança da criação de um espaço de privatização na escola pública, visto que um dos critérios do programa consiste na criação de uma Unidade Executora (UEX). Como menciona Moreira (2012, p. 01):

Mas para recebimento dos recursos financeiros públicos, deveria criar uma Unidade Executora (UEX), que se constitui em uma entidade privada sem fins lucrativos que possui maior flexibilidade legal e administrativa para gerenciamento dos recursos financeiros.

Considera-se um mecanismo privado mesmo estando dentro da escola pública, pois essa nova proposta exige a formação da UEX. Todas as ações implicam em responsabilidades administrativas individuais em relação à prestação de contas. Os que constituem a Unidade Executora representam a escola, todavia as implicações da lei incidem na pessoa física, podendo responder a processo. Por essa razão muitos gestores optam por buscar instruções com profissionais de contabilidade, a fim de evitar transtornos e o cancelamento do programa.

O fato da escola ter um Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) atribui a esta a possibilidade de buscar parcerias para angariar recursos financeiros, no sentido do custeio das demandas existentes nas instituições de ensino, o que fortalece a ideia do mecanismo de privatização da escola como bem público.

A partir disso, constata-se um novo quadro em relação às atribuições das instituições de ensino partícipes do PDDE. Estas, através das UEX (Conselho Escolar), passam a dispor da oportunidade e do desafio de assumir, em certa medida, a gestão dos recursos provenientes deste Programa sem a mediação de estados e municípios, o que figura supostamente maior autonomia e responsabilidade na realização do trabalho desenvolvido na escola.

Nesse entendimento, considerando a literatura acerca do financiamento da educação no contexto brasileiro, em especial, no que se refere ao PDDE, destacamos a

pesquisa de Magna França (2005), a qual compõe a obra intitulada “Gestão e financiamento da educação: o que mudou na escola? Programa Dinheiro Direto na Escola; FUNDEF”. Tal investigação realizou-se em duas escolas públicas estaduais de Natal (RN) acerca do Programa em destaque, onde foram analisados aspectos sobre repasse, gerenciamento, parcerias, controle e prestação de contas, participação da comunidade, descentralização e autonomia na gestão financeira.

No sentido da forma como deve ser gerido o valor recebido pelo Programa, tem-se que este se classifica em recursos de custeio (aquisição de materiais de consumo, desenvolvimento de atividades pedagógicas, etc.) e recursos de capital (aquisição de material permanente), os quais devem ser empregados em ações das finalidades centrais do Programa. Sobre esta questão França (2005, p. 140) afirma que

a gestão educacional, na visão descentralizadora envolve a participação da comunidade escolar e local na tomada decisões, especialmente no planejamento, execução e avaliação das atividades e também no exercício da autonomia pedagógica, administrativa e financeira do sistema de ensino.

Dessa forma, as decisões acerca da destinação dos recursos do PDDE devem ser realizadas por meio da participação do coletivo escolar, na perspectiva da aplicação adequada dos recursos, a fim do atendimento às demandas da instituição educacional, bem como da efetivação de uma gestão democrática. Isto implica no desafio da garantia de um processo decisório mediante consenso, bem como dos interesses da comunidade escolar refletidos nas ações do referido Conselho.

A pesquisa de França, entre outros aspectos, discute que a definição de como deve ser aplicado o dinheiro segue as determinações do FNDE através do PDDE, caracterizando uma autonomia relativa concedida às escolas. Esta “autonomia” é incorporada nas decisões tomadas pelos indivíduos que compõem a escola, através das deliberações sobre os recursos do PDDE, tornando-se uma “autonomia decretada” que possibilita às instituições de ensino, mesmo em face do seu limite de atuação em relação ao Programa, ampliar “espaços de decisão sobre pequenas despesas”.

Nessa perspectiva, o trabalho desenvolvido pelo Conselho Escolar, em detrimento da adequada gestão de recursos financeiros deve realizar-se de forma a garantir a efetiva participação de seus componentes no exercício de um compromisso social, sobretudo com a realização de um trabalho articulado entre os que compõem a escola, e que tem diferentes graus de compreensão acerca do financiamento da educação, o que demanda o

desenvolvimento de estratégias que garantam a participação efetiva dos membros do conselho escolar, na busca de uma educação de qualidade no contexto da instituição de ensino a qual fazem parte.

França (2005, p. 153) assinala que “a tomada de decisões na alocação de recursos para as despesas significa optar, dentro de um elenco de possibilidades, entre o que se pode e o que não se deve gastar com os recursos do Salário-educação da Quota Federal, liberados pelo FNDE/MEC”. Isto não implica afirmar que as normatizações deveriam inexistir, visto que se trata de recursos públicos voltados para a educação básica, sendo “essencial a existência de regras e normas que organizem e orientem sua execução, mas que não limitem as possibilidades em função das necessidades da escola” (ídem, ibidem).

Ao relatar os resultados de sua pesquisa a autora analisa o processo de autonomia e descentralização financeira através do PDDE nas situações estudadas e como se dá essa nova realidade nas escolas. No que se refere à autonomia financeira, França (2005) identifica que após orientações de implementação dos recursos do Programa, houve um espaço de decisão na escola quanto à maneira como devem ser gastos os recursos de acordo com suas necessidades. Entretanto, a autora conclui que há uma diferença entre “espaço de decisão” e “conquista de autonomia”. O espaço é real, contudo observou-se que ainda está em vício a prática hierárquica superior, obedecendo ao eixo vertical de administração educacional.

Em se tratando de descentralização a autora reconhece que o programa contempla este mecanismo. Dessa forma, destaca que o PDDE, como instrumento da descentralização, não deve ser entendido apenas como repasse de recursos, mas é também um movimento para modificar a forma de gestão escolar.

No artigo “Implicações do Programa Dinheiro Direto na Escola para a gestão da escola pública” Adrião e Peroni (2007), fazem um apanhado sobre as consequências do PDDE no fenômeno da conexão entre a gestão pública e a gestão privada. As autoras realizaram estudos de caso em cinco estados – São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Pará e Piauí. Em seu artigo as autoras discutem que o PDDE surgiu de uma deficiência da gestão pública. Com a finalidade de aliviar a responsabilidade do estado sobre os setores públicos e devido à crise do capitalismo, abriu-se uma “democratização da coisa pública”, fazendo com que as políticas sociais fossem compactuadas entre a esfera pública e privada.

Adrião e Peroni (2007) salientam que esse tipo de política também é conhecida como Terceira Via, a qual consiste em uma ideologia surgida nos anos 1970, que mescla características do capitalismo e socialismo, em súpula abraça a ideia de parcerias público-privadas, sendo “um choque de mercado no interior do Estado, ajuste necessário àquelas esferas da ação estatal que, por sua natureza, não poderiam ser diretamente privatizadas” (ADRIÃO; PERONI, 2007, p. 256). Nesse estudo as autoras enquadram como principais características dos resultados da pesquisa a democratização da gestão, a relação público e privado e a descentralização-centralização.

Na conclusão da pesquisa as autoras ressaltam que, apesar de o PDDE ainda não ter uma participação desejada da comunidade nas operações dos recursos repassados, o programa merece destaque pela transparência das informações. Também é importante considerar a gradativa autonomia de gasto nas escolas públicas. Para o futuro a escola será um campo de investigação e avaliação sobre as consequências da convivência do público e entidades de direito privado.

Outro estudo que abordou o PDDE foi desenvolvido por Nascimento e Hora (2008), no qual analisaram as características do processo de descentralização do financiamento por meio da implantação desse programa, estabelecendo relações com as reformas neoliberais existentes entre as décadas de 1980 e 1990. A pesquisa ocorreu no contexto de uma escola situada na região periférica do Rio de Janeiro, cuja clientela consiste em crianças e adolescentes oriundos das comunidades situadas próximas à instituição de ensino.

Ao avaliarem aspectos referentes às condições de financiamento, autonomia e participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar investigada em relação ao programa, constataram um nível reduzido de envolvimento desses segmentos em relação aos processos decisórios acerca da destinação de recursos, entre outras deliberações a serem adotadas.

No entanto, as autoras observaram na realidade da instituição de ensino a existência de um olhar consensual sobre as impressões da comunidade escolar, no que se refere às contribuições do programa para a escola, uma vez que por permitir maior participação torna-se, desse modo mais notório e visível por parte dos que compõem o cotidiano educacional.

Outra pesquisa analisada foi a de Cardoso (2009) a qual priorizou identificar as contribuições do PDDE para a democratização da gestão escolar no estado do Pará, por



meio de revisão bibliográfica, na análise de documentos oficiais e, posteriormente a partir de coleta, tratamento e análise das informações obtidas.

Ao discorrer sobre o caráter do programa, o autor enfatiza a existência de uma concepção política, ideológica e burocrática, embutidas nos pressupostos de descentralização e autonomia em relação aos recursos recebidos, bem como a estratégia de “descentralizar para centralizar”, uma vez que todo o processo de implantação do programa é minuciosamente regido por condições estabelecidas por lei através do FNDE, e que a essa suposta autonomia se atrelam várias exigências, entre elas a criação da UEx para o direito aos repasses financeiros.

Como resultados de sua pesquisa aponta-se a oportunidade da obtenção de maior sucesso da escola no atendimento das demandas que emergem no seu cotidiano, por meio do complemento recebido. No entanto, constatou-se que na prática esta autonomia, entendida como a possibilidade de organização da escola no sentido do provimento de suas necessidades, não é exercida no espaço escolar, tal como previsto teoricamente, já que conforme verificado no referido estudo a participação social não ocorreu de forma efetiva, mas de forma superficial, apenas confirmando decisões tomadas sem princípios democráticos.

Nesse sentido, destaca-se que os valores repassados pelo programa às instituições de ensino, não constituem o elemento gerador da democratização da gestão escolar, existe porém, uma “democratização quantitativa”, ocasionada pela expansão do programa, e assim do número de UEx pelo país. Em contrapartida, é defendido o papel do Conselho Escolar como representante autêntico da escola, portanto, capaz de conduzir de forma adequada os interesses da escola, incluindo a gestão de seus recursos.

Todavia, constatou-se na pesquisa o distanciamento da prática do Conselho Escolar como Unidade Executora em relação ao sentido político que esse órgão deliberativo possui, o qual deve ser considerado no desempenho de suas ações, levando em conta o processo histórico de luta em favor de direitos educacionais (entre os quais a instituição dos conselhos) e a busca por uma efetiva e democrática participação social.

Ao investigar os efeitos do PDDE na gestão escolar do município de Nova Odessa, em São Paulo, Groppa (2010) apresenta um panorama do Programa através da análise de documentos oficiais, e de manuais destinados a auxiliar escolas de municípios distintos quanto ao funcionamento do PDDE, dentre os quais constatou que apesar das diferenças resultantes de sua elaboração em realidades específicas, destacam-se como

características principais dos manuais o percurso entre a implantação e a prestação de contas.

Para a análise da implantação do programa no município selecionado a autora utilizou-se de atas das reuniões da UEx e do relatório de prestação de contas de uma unidade escolar de Nova Odessa, a fim de identificar seu transcorrer, os investimentos realizados, bem como a concepção e forma de discussão do grupo acerca do PDDE.

A partir dos documentos verificados Groppa (2010) aponta que a escola prioriza a melhoria da qualidade do ensino, enfatizando a importância da participação social na discussão e fiscalização acerca do dinheiro público. Por outro lado, ao constatar a insuficiência dos recursos recebidos em relação às necessidades da escola, a qual foi reclamada pelos integrantes da UEx, bem como a forma estabelecida de organização e execução do programa, questiona a real preocupação com a melhoria do ensino e a suposta autonomia concedida aos encarregados de deliberar sobre a destinação dos recursos, além do envolvimento da comunidade escolar nesse processo decisório.

Nesse sentido, a partir da observação das atas de reuniões, verificou que já estava definido o uso do dinheiro recebido mesmo antes das reuniões da UEx, não havendo espaço para a discussão sobre o programa, apenas para ratificação do que foi previamente decidido. Tal procedimento atribui-se ao tempo reduzido para a realização da pesquisa de preços e a compra dos materiais, a fim de evitar a perda dos recursos, cuja situação revelou a imposição de uma ação aligeirada por parte da escola para garantir a participação no Programa.

Dessa forma, Groppa (2010) aponta dois pontos principais em relação ao PDDE, quais sejam suas características extrínsecas, como a influência do modelo gerencial de gestão educacional, visto as condições para sua adesão, bem como seus aspectos intrínsecos, como a manutenção de preceitos neoliberais através do referido modelo gerencial dentro da escola e as particularidades da criação de cada UEx, considerando a variedade de contextos culturais em que são formadas, e a partir disso as formas distintas de concepção e realização do Programa.

Pinheiro (2012) investigou as repercussões do PDDE no que se refere à gestão, financiamento e qualidade do desempenho da educação básica, através de um estudo de caso sobre a modalidade Tempo Integral. A finalidade da pesquisa consistiu em identificar o desenvolvimento do Programa a partir da modalidade selecionada, tendo como foco de sua análise, além de documentos oficiais sobre o PDDE e de fontes teóricas, informações

do Sistema de Administração Financeira (SIAFI), no período entre 2006 e 2011, uma vez que esta modalidade obteve maiores investimentos nos últimos anos, sendo a que mais cresceu, a qual prevê o aumento da jornada escolar e a adequação do currículo para essa forma de educação.

Em seu estudo a autora destaca o crescimento do programa através da progressiva disponibilização de recursos e a ampliação do atendimento às escolas, que passou a contemplar diversas modalidades distribuídas nas regiões brasileiras, entre elas o PDDE Educação Integral, o qual subsidia o Programa Mais Educação<sup>4</sup>, que por sua vez objetiva promover reforço para o ensino e aprendizagem, além de atividades culturais e artísticas, através da extensão da jornada escolar (modalidade integral).

Pinheiro (2012) observa, a partir dos dados analisados, a inadequação estrutural das escolas para a implantação da Educação Integral, uma vez que não possuem espaço adequado para o desenvolvimento das atividades propostas. Nesse sentido, conclui ser necessário para a melhoria dessa modalidade que novos recursos sejam direcionados a infraestrutura física das escolas, visto que a verba recebida destina-se exclusivamente ao desenvolvimento das temáticas previstas para o Programa Mais Educação (acompanhamento pedagógico, educação ambiental, esporte e lazer, direitos humanos em educação, cultura e artes, cultura digital, promoção da saúde, comunicação e uso de mídias, investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica).

Assim, enfatiza a importância da Educação Integral como política educacional em processo de desenvolvimento, a qual apresenta vários desafios a serem superados pelas instituições de ensino. No que tange ao PDDE Integral ressalta que sua ampliação e melhoria poderiam ocorrer mediante a destinação dos recursos também para a adequação da estrutura física das escolas, no sentido da realização de uma política educacional que priorize a elevação dos índices de desempenho da educação básica no âmbito brasileiro.

Por meio da pesquisa intitulada “O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) como mecanismo da descentralização financeira, participação e autonomia na gestão

---

<sup>4</sup>Este programa objetiva a melhoria na qualidade da educação e a adequação do currículo para a educação em tempo integral, a qual prever a ampliação da jornada escolar e a permanência dos alunos na escola por no mínimo sete horas por dia, os quais estejam envolvidos em atividades educativas diversas, entre elas, acompanhamento pedagógico, promoção da saúde, esporte e lazer. Por sua vez, o PDDE Educação Integral oportuniza a realização das atividades propostas no Programa Mais Educação, por exemplo, na remuneração de monitores, contratação de pequenos serviços, entre outras despesas possíveis, disponíveis no Manual PDDE Educação Integral (PINHEIRO, 2012).

escolar”, Silva (2015) objetivou compreender o Programa como elemento para a consolidação da descentralização financeira, participação e autonomia escolar, em uma escola pública da rede municipal ensino de Maceió, utilizando-se da abordagem quanti-qualitativa e de entrevistas semiestruturadas na interpretação das informações obtidas.

Silva (2015) descreve que para uma concretização da concepção democrática são necessários meios para legitimar a participação no cotidiano escolar, isso pode ocorrer através de órgãos colegiados. Então a comunidade escolar participa como um todo, por meio dos segmentos constituídos, a saber, pais, alunos, professores e profissionais da educação. Toda essa engrenagem é um esforço para uma educação de qualidade e não engessada.

A partir da análise das entrevistas o autor ressalta que a escola usa de forma adequada o mecanismo do conselho gestor para as decisões financeiras. Todos participam e interagem, sendo motivada uma participação horizontal, fazendo com que o objetivo da participação democrática seja posta em prática. Todavia, constata que o desafio maior consiste em o conselho escolar ser atuante em meio às limitações do PDDE, ou seja, evitar os interesses pessoais a fim de que um segmento não sobreponha ao outro.

Em outro aspecto da pesquisa de Silva (2015), há uma observação valiosa: em uma reunião do conselho gestor sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) a presidente do conselho estava ausente e quem tomou a pauta da reunião foi uma conselheira merendeira. Na maioria das escolas, ou mesmo em qualquer órgão público, os funcionários invisíveis como os servidores de serviços gerais não assumem uma postura de destaque na escola. Esse acontecimento foi mencionado como “Fantástico” pela coordenadora da escola.

Em suas considerações finais o autor conclui que apesar das influências das políticas neoliberais no cenário escolar houve uma conquista na política educacional dos movimentos sociais para educação. A atuação dos grupos sociais no controle social na educação é um importante instrumento para a democratização e descentralização das decisões. Essa atuação incentiva a participação dos pais que doravante estão se reaproximando do chão da escola contribuindo nas decisões pedagógicas, administrativas e financeiras. No que se refere à participação, discursiva que todos são responsáveis por sua consolidação com a utilização desse mecanismo no cenário escolar. Mesmo que a autonomia seja relativa é no momento o único espaço para um início da gestão democrática.

Marinheiro (2016), por meio de sua pesquisa, teve como objetivo analisar o processo de implementação do PDDE e seus efeitos na democratização da gestão escolar, investigando seu cumprimento no contexto de duas escolas da rede municipal de Londrina, Paraná. No referido estudo buscou-se identificar e discutir sobre aspectos positivos e negativos quanto à atuação da escola como gestora de recursos financeiros, em detrimento dos repasses advindos do programa, bem como implicações e possibilidades decorrentes de seu estabelecimento.

Para isto, desenvolveu seu estudo a partir de uma abordagem qualitativa, através de pesquisa bibliográfica, bem como por entrevistas semiestruturadas com integrantes da comunidade escolar. As escolas situam-se, uma na região central de Londrina, enquanto a outra, na região Oeste do município, sendo que uma atende em torno de 718 alunos, e a outra 315 estudantes, tendo Associação de Pais e Funcionários (APFs) e Associação de Pais e Mestres (APMs) como UEx.

Na investigação concluiu que, no que diz respeito à execução do programa nas realidades estudadas, prevalece a pouca participação da comunidade escolar, bem como do Conselho Escolar das escolas estudadas - em relação à parceria para a tomada de decisões prevista em leis daquele município - com as UEx, no tocante a assuntos relacionados às instituições em destaque, e por esse motivo, o desconhecimento sobre a gestão dos recursos financeiros recebidos.

Destaca-se ainda, que apesar de as necessidades das escolas serem ouvidas e, posteriormente apresentadas em reuniões deliberativas, prevalecem as decisões vindas da direção de ambas as escolas, na maioria das vezes, tomadas sem articulação entre os aspectos pedagógico e administrativo, assumindo um caráter puramente operacional. Dessa forma, afirma-se que o PDDE não propiciou contribuição significativa para a democratização da gestão escolar, mesmo tendo como objetivo incentivar a participação da comunidade escolar nos processos decisórios relacionados ao programa, sendo esta uma possibilidade a ser explorada pelos partícipes do cotidiano escolar.

A partir dos estudos e pesquisas sobre a implementação do PDDE em diferentes contextos, constata-se a relevância desse programa como mecanismo de gestão da escola pública, uma vez que apesar de suas limitações objetiva possibilitar a comunidade escolar participar, dialogar e decidir acerca da destinação dos recursos recebidos, no sentido do atendimento de algumas de suas demandas.

#### **4. Considerações Finais**

Com base nas pesquisas e estudos realizados observa-se que desde a sua criação em 1995, o PDDE vem sofrendo diversas alterações, entre elas a sua ampliação para demais etapas e modalidades de ensino, uma vez que de início destinava-se a atender tão somente ao ensino fundamental. Nesse sentido, constata-se que apesar das limitações apresentadas como critérios a serem cumpridos no curso de sua realização, como a autonomia limitada concedida na gestão dos recursos financeiros, prevalecem aspectos positivos resultantes de sua implementação no âmbito das situações estudadas.

As investigações desenvolvidas acerca do PDDE obtiveram resultados como a transparência das informações decorrentes do processo de realização do programa (prestação de contas); uma gradativa conquista da autonomia da escola; o entendimento da comunidade escolar sobre a finalidade do programa e a compreensão do que realmente se poderia fazer (ou não) com os recursos advindos do PDDE; a progressiva autonomia de gastos por parte da escola; a oportunidade de discussão acerca da destinação dos recursos recebidos e a iniciativa de práticas mais participativas.

Outros aspectos veiculados nos estudos foram a possibilidade de êxito da escola no atendimento das demandas que emergem no seu cotidiano, por meio do apoio financeiro recebido; a influência do modelo gerencial de gestão educacional e a manutenção de preceitos neoliberais no contexto escolar; a necessidade do provimento de novos recursos para suprir as propostas correspondentes às várias modalidades do Programa; o estímulo à participação da comunidade escolar através do Conselho e a relevância da criação de meios para legitimar a participação no cotidiano escolar.

Em contrapartida, também se observou a participação reduzida da comunidade escolar e do Conselho no que se refere à parceria para a tomada de decisões, bem como a predominância de determinações unilaterais na alocação dos recursos recebidos, as quais ocorreram sem articulação entre os aspectos pedagógico e administrativo.

Embora os valores repassados sejam em quantidade insuficiente, como se relata nos estudos destacados (NASCIMENTO; HORA, 2008), (CARDOSO, 2009), (PINHEIRO, 2012), o programa trouxe benefícios para o trabalho desenvolvido no cotidiano escolar. Entre os aspectos positivos do Programa é plausível destacar a expansão do alcance de instituições de ensino atendidas, a liberdade da escola em tomar decisões financeiras, a possibilidade e relevância do envolvimento da comunidade escolar através da

participação efetiva na tomada de tais decisões, bem como a reflexão acerca da realidade e necessidades da escola em relação às suas demandas.

É imprescindível que o PDDE permaneça no contexto da realização de políticas públicas voltadas a educação, a fim de que a comunidade escolar participe da manutenção da escola e se sinta corresponsável pelo seu funcionamento. Através dessa estrutura, apesar de algumas críticas e receios de uma lacuna de privatização, o programa tem recolhido mais aceitação do que críticas. Sendo assim, torna-se necessário que se desenvolvam mais pesquisas, as quais sirvam de termômetro para avaliar o andamento de programas, a exemplo do PDDE, possibilitando a realização de possíveis adaptações para o momento político do país.

## REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T.; PERONI, V. Implicações do Programa Dinheiro Direto na Escola para a gestão da escola pública. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 28, n. 98, p. 253-267, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n98/a13v2898.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução nº 4, de 25 de outubro de 2016**. Brasília: FNDE, 2016. Disponível em: <[https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl\\_tipo=RES&num\\_ato=00000004&seq\\_ato=000&vlr\\_ano=2016&sgl\\_orgao=CD/FNDE/MEC](https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000004&seq_ato=000&vlr_ano=2016&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC)>. Acesso em: 26 nov. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução nº10, de 18 de abril de 2013**. Brasília: FNDE, 2013. Disponível em: <[https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl\\_tipo=RES&num\\_ato=00000010&seq\\_ato=000&vlr\\_ano=2013&sgl\\_orgao=CD/FNDE/MEC](https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000010&seq_ato=000&vlr_ano=2013&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC)>. Acesso em: 17 out. 2016.

CARDOSO, J. C. M. **O PDDE como instrumento de democratização da gestão escolar no Pará**. 2009. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2009. Disponível em: <[http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/2989/1/Dissertacao\\_PPDEInstrumentoDemocratizacao.pdf](http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/2989/1/Dissertacao_PPDEInstrumentoDemocratizacao.pdf)>. Acesso em: 11 set. 2016.

EVANGELISTA, O. **Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional**. I Colóquio A Pesquisa em trabalho, educação e Políticas Educacionais. Belém: UFPA, 2009. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/211971320/texto-Olinda-PDF>>. Acesso em: 09 jul. 2016.

FRANÇA, M. **Gestão e Financiamento da Educação: o que mudou na escola? PDDE**. FUNDEF. Natal: EDUFRN, 2005.

GROPPA, B. C. **As implicações do PDDE para gestão escolar: um recorte no município de Nova Odessa**. 2010. Monografia - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010. Disponível em: <<http://www.pedagogia.ufscar.br/documentos/arquivos/tcc->

[2007/as-implicacoes-do-pdde-para-a-gestao-escolar-um-recorte-no-municipio-de-nova-odessa](#)>. Acesso em: 30 ago. 2016.

MARINHEIRO, E. L. **O Programa Dinheiro Direto na Escola e a democratização da Gestão Escolar no município de Londrina – PR**. 2016. 154f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, Paraná, 2016. Disponível em: < [http://www.uel.br/pos/mestrededu/images/stories/downloads/dissertacoes/2016/2016\\_-\\_MARINHEIRO\\_Edwylson\\_Lima.pdf](http://www.uel.br/pos/mestrededu/images/stories/downloads/dissertacoes/2016/2016_-_MARINHEIRO_Edwylson_Lima.pdf)>. Acesso em: 07 set. 2016.

MOREIRA, A. M. A. **Gestão financeiradescentralizada: uma análise do programa dinheiro direto na escola. Fineduca - Revista de Financiamento da Educação**. Porto Alegre, vol. 2, n. 1, p. 1-13, 2012.

NASCIMENTO, L. S.; HORA, D. L. **O Programa Dinheiro Direto na Escola: Um estudo de caso**. Trabalho apresentado em: I Simpósio Nacional de Educação – XX Semana de Pedagogia. Cascavel (PR), 2008.

PEREIRA, S. M. A educação básica diante do processo de (des)centralização da gestão escolar. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO; CONGRESSO IBERO-AMERICANO SOBRE VIOLÊNCIAS NAS ESCOLAS, 8.; 3., 2008, Curitiba. **Educere**. Paraná, PR, 2008.

PINHEIRO, I. F. **O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE): implicações na gestão, no financiamento e na qualidade do desempenho da Educação Básica: Estudo de Caso – modalidade Tempo Integral**. 2012. 81f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) Faculdade De Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012. Disponível em: < <http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2014/02/dissertacao-2010-iara-ferreira-pinheiro.pdf> >. Acesso em: 11 set. 2016.

SILVA, G. **O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) como mecanismo da descentralização financeira, participação e autonomia na Gestão Escolar**. 2015. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Maceió, 2015.

---

*Recebido em Outubro de 2017  
Aprovado em Fevereiro de 2018  
Publicado em Março de 2018*

---



# JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

ISSN 1981-1969

Volume 12

Número 6

23 de março de 2018



O Copyright é retido pelo/a autor/a (ou primeiro co-autor) que outorga o direito da primeira publicação ao **Jornal de Políticas Educacionais**. Mais informação da licença de Creative Commons encontram-se em <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.5>. Qualquer outro uso deve ser aprovado em conjunto pelo/s autor/es e pelo periódico.

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS é uma publicação do Núcleo de Políticas Educacionais do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR, em consórcio com a Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFPR, que aceita colaboração, reservando-se o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à redação. As colaborações devem ser enviadas ao NuPE/UFPR, conforme orientações contidas nas páginas do periódico na internet: <http://revistas.ufpr.br/jpe>.

#### Indexação:

*BBE – Biblioteca Brasileira de Educação (MEC/INEP)*  
*Clase (Base de Datos Bibliográfica de Revistas de Ciencias Sociales y Humanidades)*  
*Diadorim – Diretório de Política de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras (IBICT)*  
*Google Scholar*  
*Index Copernicus*  
*Portal de Periódicos (CAPES)*  
*SER – Sistema Eletrônico de Revistas da Universidade Federal do Paraná (SER/UFPR)*  
*Sumários de Revistas Brasileiras (FUNPEC-RP)*  
*DRJI - Directory of Research Journals Indexing*

(Periódico integralmente disponível apenas em via eletrônica)

Jornal de Políticas Educacionais / Núcleo de Políticas Educacionais da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR – v.1, n. 1 (1º semestre de 2007) – Curitiba: NuPE/UFPR.

Volume 12, número 6 – Março de 2018

ISSN 1981-1969

1. Educação – Periódicos. 2. Política Educacional – Periódicos. I. NuPE/UFPR

#### Comitê Editorial:

Ângelo Ricardo de Souza (UFPR)  
Ana Lorena Bruel (UFPR)  
Marcos Alexandre Ferraz (UFPR)

#### Conselho Editorial:

Andréa Barbosa Gouveia (UFPR), Ângela Hidalgo (UNICENTRO), Cesar Gernomino Tello (Universidad Nacional Tres Febrero, Argentina), Gladys Beatriz Barreyro (USP), Juca Gil (UFRGS), Jefferson Mainardes (UEPG), João Ferreira de Oliveira (UFG), Luiz Souza Júnior (UFPB), Marcos Edgard Bassi (UFSC), Regina

SANTOS, I. M.; SILVA, G. T.; SILVA, J. C. Estudo sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola em diferentes contextos no Brasil.

---

Maria Michelotto (UFPR), Robert Verhine (UFBA), Rosana Cruz (UFPI), Rubens Barbosa Camargo (USP), Sebastián Donoso Díaz (Universidad de Talca, Chile), Taís Moura Tavares (UFPR), TheresaAdrião (UNICAMP), Vera Peroni (UFRGS).

---

Jornal de Políticas Educacionais  
Universidade Federal do Paraná  
Setor de Educação  
Núcleo de Políticas Educacionais – NuPE/UFPR  
Rua Gal. Carneiro, 460 – 4º andar – Sala 407/C  
80.060-150 – Curitiba – PR – Brasil  
Tel.: 41-3360-5380  
jpe@ufpr.br  
<http://revistas.ufpr.br/jpe>